



EDITAL DE PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 41/2024

Sistema de Registro de Preços

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA – TJRR torna público para conhecimento dos interessados que fará licitação na modalidade **Pregão**, na forma eletrônica, para **Registro de Preços**, do tipo menor preço, nas condições estabelecidas neste Edital, a serem regidas pela Lei n.º 14.133/2021, Lei Complementar 123/2006, [Decreto Federal n.º 11.462/2023](#), [Instrução Normativa SEGES n.º 73/2022](#), [Instrução Normativa TJRR/SG n.º 03/2023](#), [Instrução Normativa TJRR/SG n.º 007/2023](#), [Resolução CNJ n.º 468/2022](#) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, conforme consta nos autos do Procedimento Administrativo TJRR n.º SEI 0010079-44.2024.8.23.8000.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DATA: 12/08/2024

HORÁRIO: 10h00min (horário de Brasília)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

Código UASG: 925480

1.DO OBJETO

1.1. Formação de sistema de registro de preços para aquisição de equipamentos de informática (monitores, webcams, fones de ouvido com microfone, scanners de mesa, baterias para nobreak e impressora multifuncional laser colorida) para atender demanda essencial do Tribunal de Justiça de Roraima., conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. O valor máximo desta licitação, para registro de preços, corresponde ao montante é de **R\$ 1.946.428,20 (um milhão, novecentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e vinte e oito reais e vinte centavos)**.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste **Pregão** os interessados que estiverem previamente credenciados perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

3.1.1. Para os itens 01, 02 e 04, quaisquer interessadas que se enquadrem nas disposições estabelecidas nesta condição;

3.1.2. Para os itens 03, 05 e 06, apenas as microempresas e empresas de pequeno porte, em cumprimento ao art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, desde que se enquadrem nas disposições estabelecidas nesta condição.

3.1.3. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste **Pregão** deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.1.4. O uso da senha de acesso pela **licitante** é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TJRR responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.2. Não será admitida a participação de empresas:

- a) cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;
- b) suspensas de participar de licitações ou impedidas de licitar e contratar com o Tribunal de Justiça de Roraima, durante o prazo da sanção aplicada;
- c) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação;
- d) proibidas de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98, ou nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- e) com quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas nos arts. 9º e 14 da Lei nº 14.133/21;
- f) reunidas em consórcio, qualquer que seja a forma de sua constituição;
- g) em processo de falência;
- h) estrangeiras não autorizadas a funcionar no país;
- i) para os itens 03, 05 e 06, não será admitida, ainda, a participação de empresas que não se enquadrem como microempresa e empresa de pequenos porte, nos termos do art.48, inciso I, da Lei Complementar n.º 123/2016.

3.3. O art. 15 da Lei 14.133/2021 prevê a possibilidade de participação em certames públicos de empresas reunidas em consórcios, salvo vedação devidamente justificada, considerando como discricionária a permissão de participação de empresas em consórcio, diversos autores, o E. STJ e entendimento do Tribunal de Contas da União, indicam que a participação de consórcios somente seria obrigatória nas licitações em que a **vultuosidade, a heterogeneidade e a inviabilidade de parcelamento material do objeto licitado tornem o universo de possíveis licitantes demasiadamente restrito**, logo, depreende-se não ser o caso da licitação em tela.

3.4. É defeso ao servidor público transacionar com o TJRR diretamente ou como representante, procurador ou intermediário na forma do art. 110, X, XIII e XIV da LC Estadual n.º 053/2001, ou de outra lei estadual ou municipal que proíba a participação na licitação de servidor que exerça gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, ou exerça o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

4. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

4.1. Os interessados poderão impugnar as especificações técnicas, condições ou exigências previstas neste edital, por eventual violação à disposição legal, através de petição devidamente instruída, fundamentada e encaminhada ao Pregoeiro, por meio eletrônico - email: salc@tjrr.jus.br, em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

4.2. Qualquer dúvida existente sobre os termos do edital poderá ser objeto de pedido de esclarecimento, por escrito, ao Pregoeiro em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, seguindo os mesmos trâmites do subitem anterior.

4.3. Os pedidos de esclarecimentos e de impugnação deverão conter, no mínimo:

- a) o número desta licitação, CNPJ/CPF, razão social, endereço completo, nome completo do representante legal/funcionário ou interessado subscritor do pedido e o e-mail para resposta;
- b) a exposição da dúvida para o correto entendimento das regras do edital, ou a indicação do item, cláusula ou condição do edital que pretenda questionar, devendo, neste caso, vir acompanhada das razões da impugnação.

4.4. O Pregoeiro decidirá sobre a impugnação.

4.5. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

4.6. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para ciência dos interessados.

5. DA PROPOSTA

5.1. A **licitante** deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento dessa documentação.

5.1.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Marca;
- b) Fabricante;
- c) Modelo/Versão;

5.1.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2. A **licitante** deverá **consignar, expressamente no sistema eletrônico, o valor ofertado para cada item**, já considerados e inclusos no valor apresentado todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

5.3. A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

5.4. A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

5.5. A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

5.6. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

5.6.1. Qualquer elemento que possa identificar a **licitante** no cadastro dos dados da proposta no sistema *compras.gov.br* importa desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

5.7. As propostas terão validade de no mínimo 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

5.8. Até a abertura da sessão, a **licitante** poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

5.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a **licitante** às sanções previstas neste Edital.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A abertura da sessão pública deste **Pregão**, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

6.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as **licitantes** ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.3. Cabe a **licitante** acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do **Pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. No horário previsto para a abertura das propostas, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com as especificações e as condições estabelecidas no Edital.

7.2. A análise de preços superiores aos previstos no Termo de Referência - Anexo I do edital será realizada após a fase de lances.

7.3. Somente as **licitantes** com propostas classificadas participarão da fase de lances.

8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.

8.2. A **licitante** somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

8.3. Durante o transcurso da sessão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

8.4. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8.5. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório.

8.5.1. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.6. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às **licitantes**, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.7. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 0,01 (um centavo)**.

8.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.10. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.11. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.12. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.13. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- a. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.14. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- b. empresas brasileiras;
- c. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.15. Esgotadas todas as alternativas de desempate elencadas nos itens 8.13 e 8.14, será realizada nova convocação das licitantes, via Comprasnet, para que, caso tenham interesse, apresentem nova proposta no período de 03(três) horas, com preço inferior aquele que deu origem ao empate.

8.15.1. De forma a garantir a efetividade da medida, poderá ser realizado contato telefônico, por e-mail ou outro meio legítimo, comunicando aos licitantes do empate e solicitando atenção à convocação via sistema para envio de proposta com preço de desempate.

8.15.2. A menor proposta apresentada, dentre as licitantes, será a vencedora para fins de desempate.

9. DO BENEFÍCIO AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

9.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

9.1.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor máximo para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste **Pregão Eletrônico**.

9.1.2. Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as **licitantes** remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

9.1.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

9.1.4. A empresa convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

9.2. Não ocorrendo adjudicação, nos termos previstos no **subitem 9.1**, o objeto licitado será adjudicado em favor da **licitante** detentora da proposta originalmente melhor classificada, se houver compatibilidade de preço com o valor de referência e a **licitante** for considerada habilitada.

10. DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

10.1.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

10.1.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.1.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINAL, DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DA PROPOSTA

11.1. A **licitante** classificada provisoriamente em primeiro lugar, no prazo de 3 (três) horas, se outro não for fixado, contados da convocação efetuada pelo **Pregoeiro**, prorrogável por igual período, deverá encaminhar a sua proposta, em PDF, ajustada ao último lance, **conforme modelo - Anexo II do Edital**, devidamente preenchida de acordo com as especificações do Termo de Referência.

11.2. O **Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor máximo fixado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

11.2.1. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TJRR, ou ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

11.3. Deverá constar na proposta:

- a) a individualização do **licitante**, com razão social, CNPJ, endereço completo, telefone, indicação de endereço eletrônico (*e-mail*), dados bancários (nome do banco, números da conta corrente e da agência) e assinatura do representante legal do **licitante**;
- b) a descrição clara do objeto cotado e demais especificações, conforme o Termo de Referência - Anexo I do edital;
- c) indicação única de preço em reais, com exibição dos valores unitário e total com duas casas decimais em algarismos; e
- d) sempre quando for possível, índices, folhas numeradas e timbradas com o nome, logotipo ou logomarca do **licitante**, a fim de garantir a integridade da documentação e da proposta.

11.4. Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, o pregoeiro solicitará a arrematante a comprovação da exequibilidade.

11.4.1. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

11.4.2. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **subitem 11.4.1**, só será considerada após diligência do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.5. Não será aceita e será desclassificada a proposta:

- a) que não comprovar a sua exequibilidade, quando solicitada pelo pregoeiro;
- b) que apresentar valores unitários ou global superiores aos preços indicados pelo TJRR;
- c) que não for redigida (digitada ou datilografada) no idioma nacional, estiver ilegível, contenha rasuras, ou outros defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- d) com ilegalidades, ou vícios, omissões e irregularidades insanáveis;
- e) que não forem corrigidas as irregularidades ou falhas sanáveis apontadas pelo pregoeiro;
- f) que estiver em desacordo com as condições e especificações do objeto previstas neste edital;

11.6. O critério adotado para julgamento da proposta será o de menor valor global para cada item.

11.7. Todas as especificações do objeto, o preço e demais condições ofertadas na proposta vencedora vinculam o **fornecedor registrado**.

11.8. Se a proposta não for aceitável ou se o **licitante** deixar de enviar a documentação exigida, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este edital.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. A habilitação dos **licitantes** será verificada por meio do SICAF (habilitação parcial) e da documentação complementar especificada no subitem **12.2** deste edital, de acordo com os [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.1.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 03h (três horas), prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

12.1.2. As **licitantes** que não atenderem às exigências de habilitação parcial no SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências.

12.2. As **licitantes** deverão complementar os documentos de habilitação referidos no subitem anterior, relativos à:

12.2.1. Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do **licitante** ou comprovação, por certificação do juízo falimentar competente, de que o **licitante** possui plano de recuperação judicial deferido e homologado judicialmente, nos termos do art. 58, da Lei nº 11.101/2005, estando apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento do contrato;

b) Comprovação de que possui patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor da contratação, mediante apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

12.2.2. Qualificação Técnica

a) Não se exigirá que o **licitante** apresente documento que comprove qualificação técnica.

12.3. O pregoeiro verificará eventual enquadramento nas vedações elencadas no item 3 – Da Participação na Licitação, mediante consulta ao:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;
- c) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis;
- d) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

12.4. As consultas previstas no subitem anterior realizar-se-ão em nome da sociedade empresária **licitante** e de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.5. O enquadramento do **licitante** em qualquer das hipóteses do subitem 3.2 acarretará, como consequência, a inabilitação do **licitante**.

12.6. O **licitante** deverá comprovar que sua atividade empresarial se relaciona ao objeto desta licitação mediante apresentação de seu ato constitutivo, ou outro documento hábil, além de informar o nome e CPF de seu administrador e/ou sócio majoritário, salvo se tal informação já constar no SICAF.

12.7. Quanto a regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, serão observado os seguintes procedimentos:

12.7.1. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato. No entanto, o **licitante** ME ou EPP, por ocasião da participação neste certame, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

12.7.2. Homologado o certame e havendo alguma restrição à comprovação de regularidade fiscal e trabalhista da microempresa ou empresa de pequeno porte, o **licitante** será intimado para, no prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, regularizar sua situação fiscal e/ou trabalhista, na forma prevista no art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

12.7.3. A não regularização da documentação, no prazo acima previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no **item 16** deste Edital, sendo facultado à Administração convocar os **licitantes** remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura da Ata e/ou Contrato ou revogar a licitação.

12.8. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito ao registro de preços e à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.9. É dever do **licitante** atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

12.10. Para fins de habilitação, o Pregoeiro poderá obter certidões de órgãos ou entidades emissoras de certidões por sítios oficiais.

12.10.1. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.11. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

12.12. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.13. Os documentos que não apresentarem data de validade serão considerados válidos para este certame pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua emissão.

12.14. Será inabilitado o **licitante** que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

12.15. No caso de inabilitação, o Pregoeiro retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

12.16. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, o **licitante** será declarada vencedora.

13. DA AMOSTRA

13.1. Não se exigirá que o **licitante** apresente amostra do objeto licitado.

14. DO RECURSO

14.1. Qualquer **licitante** poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, imediatamente após o término do julgamento das propostas, e do ato de habilitação, ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade competente autorizada a adjudicar o objeto ao **licitante** declarado vencedor.

14.1.1. O prazo para protocolizar a intenção de recurso será de 10 (dez) minutos, após os atos de:

- a) julgamento das propostas;
- b) classificação ou Desclassificação;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante

14.1.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação via sistema ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

14.1.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de intimação via sistema ou de divulgação da interposição do recurso.

14.1.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.1.5. O recurso será dirigido ao Pregoeiro, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.1.6. Não serão acolhidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.

14.1.7. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

14.2. Caberá às licitantes, encerrada a etapa de lances, a consulta regular ao sistema "compras.gov.br" a fim de verificar se foi declarada a vencedora e se está aberta a opção para a interposição de recurso.

14.3. O recurso será decidido pelo Secretário-Geral (autoridade competente).

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. A adjudicação e homologação deste **Pregão** compete ao Secretário-Geral do Tribunal de Justiça de Roraima.

15.2. O objeto deste **Pregão** será adjudicado à **licitante** vencedora critério menor preço por item.

16. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. As infrações e sanções administrativa previstas nos artigos 155 e 156, da Lei 14.133/2021 serão aplicadas, garantida a ampla defesa e o contraditório, conforme a [INSTRUÇÃO NORMATIVA TJRR/SG N. 007/2023](#), publicada no Diário da Justiça Eletrônico no dia 26 de setembro de 2023.

16.2. As licitantes ou contratadas que descumprirem, total ou parcialmente, regra estabelecida no edital de licitação do TJRR ficarão sujeitas às seguintes sanções, conforme definido em instrumento convocatório:

- a. multa;
- b. impedimento de licitar e contratar no âmbito do Estado de Roraima;
- c. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

16.2.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- a. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- e. fraudar a licitação;
- f. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- g. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2.2. As condutas praticadas durante o procedimento licitatório em que o valor estimado da contratação supere R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), poderá ser cumulativamente aplicada a penalidade de multa no percentual de 1% do valor estimado da licitação.

16.2.3. Nas condutas previstas nas alíneas "a", "b", "c", e "d", quando justificada a imposição de penalidade mais grave, será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

16.2.4. Quando a conduta ensejar a prática de mais de uma infração, será aplicada a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de 1/3 até a metade, justificadamente, em decorrência da gravidade da conduta.

16.3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.4. A aplicação das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na [INSTRUÇÃO NORMATIVA TJRR/SG N. 007, DE 22 DE SETEMBRO DE 2023](#), e subsidiariamente na Lei Estadual n.º 418/2004.

16.5. A sanção aplicada definitivamente será registrada no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e nos sistemas internos do Tribunal, conforme o caso.

16.6. As sanções inerentes à execução contratual estão previstas no termo de referência e no contrato anexos desse edital.

17. DO REGISTRO DE PREÇOS

17.1. Após a homologação do certame, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo 03 (três) dias corridos, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

17.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

17.2. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

17.3. **Não será aceita cotação parcial de preços, todas as cotações lançadas serão na totalidade dos itens previstos na licitação.**

17.4. As demais disposições sobre o registro de preços estão no texto no **ANEXO V**.

17.5. O órgão gerenciador será o Tribunal de Justiça de Roraima - TJRR.

17.6. Nesse certame não haverá órgãos na condição de participantes.

17.7. No mesmo prazo da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor deverá apresentar Declaração Antinepotismo, constante do Anexo III do Edital, e Termo de Compromisso com a Sustentabilidade, conforme o disposto no Anexo IV, deste Edital.

18. DO CADASTRO DE RESERVA

18.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- a. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- b. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

18.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

18.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

18.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

18.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- a. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- b. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

18.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

- a. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- b. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

19. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

19.1. Depois de assinada a Ata de Registro de Preços, o fornecedor beneficiário poderá ser convocado, a qualquer tempo durante a vigência da Ata, para retirada do instrumento contratual, dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar de sua convocação para fornecer o objeto, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

19.1.1. No mesmo prazo da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor deverá apresentar Declaração Antinepotismo, constante do Anexo III do Edital, juntamente o com Termo de Compromisso com a Sustentabilidade (Anexo IV).

- 19.2. Poderá ser acrescentada ao ajuste qualquer vantagem apresentada pelo fornecedor registrado em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.
- 19.3. Por da retirada de instrumento contratual, verificar-se-á por meio do Sicaf e de outros meios se a **licitante vencedora** mantém as condições de habilitação.
- 19.4. Quando a **licitante** convocada não retirar o instrumento contratual no prazo e nas condições estabelecidos, poderá ser convocada outra **licitante** para retirar, após negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação
- 19.5. As condições de pagamento e outras obrigações estão previstas no Termo de Referência - Anexo I do edital.
- 20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**
- 20.1. **Excepcionalmente**, a licitante poderá encaminhar a documentação complementar solicitada pelo pregoeiro através do e-mail: salc@tjrr.jus.br, desde que reste comprovada a inviabilidade de envio por meio do sistema.
- 20.2. Os documentos remetidos por meio do sistema *compras.gov.br* poderão ser solicitados em original ou cópia autenticada a qualquer momento em prazo estabelecido pelo pregoeiro.
- 20.2.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso seja solicitadas, deverão ser encaminhadas a Subsecretaria de Aquisições, Licitações e Credenciamentos, localizada no Prédio Administrativo do TJ/RR, situada na Av. Ene Garcez, n.º 1696, 3º Piso, Sala 335, Bairro de São Francisco, na Cidade de Boa Vista - RR - CEP 69.305.135.
- 20.3. A **licitante** que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação exigida neste edital ou solicitada pelo **Pregoeiro**, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Instrumento Convocatório.
- 20.3.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 20.4. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Sistema *compras.gov.br* e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão estas últimas.
- 20.5. O acompanhamento e a fiscalização da ata de registro de preços serão exercidos por um representante da Administração especialmente designado pela Secretaria Demandante.
- 20.6. É facultado ao Pregoeiro ou Autoridade Superior, em qualquer fase deste procedimento licitatório, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 20.7. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 20.8. Este edital estará à disposição dos interessados, pela Internet, nos endereços <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e www.tjrr.jus.br (menu "licitações"), será publicado na forma da lei, e deverá ser lido e interpretado na íntegra, não sendo aceitas alegações de desconhecimento após a entrega da proposta.
- 20.9. O Tribunal de Justiça do Estado de Roraima poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 71 da Lei Federal n.º 14.133/21.
- 20.10. Não serão aceitos protocolos de entrega de solicitação de documentos, em substituição aos documentos exigidos pelo presente edital e seus anexos.
- 20.11. A **licitante**, caso seja vencedora, manterá preposto, aceito pelo TJRR, durante o período de vigência da Ata, para representá-la administrativamente sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado, no ato da assinatura da Ata, mediante declaração em que deverá constar o nome completo, n.º do CPF e do documento de identidade, endereço de *e-mail* e número de telefone válidos para o recebimento de informações e notificações, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.
- 20.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 20.13. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 20.14. São partes integrantes deste edital independente de transcrição: o Termo de Referência (Anexo I), Modelo de apresentação de proposta de preços detalhada após o encerramento dos lances (Anexo II), Modelo de Declaração Antinepotismo (Anexo III), Termo de Compromisso com a Sustentabilidade (Anexo IV), Minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo V) e Minuta do Contrato (Anexo VI).
- 20.15. Os casos omissos serão solucionados pela Secretaria-Geral.

Manoel Martins da Silva Neto
Subsecretário de Aquisições, Licitações e Credenciamentos

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA - TIC n.º 55/2024 – EVENTO SEI n.º (2057825).



TERMO DE REFERÊNCIA - TIC

TR N.º 55/2024

FORMAÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA (MONITORES, WEBCAMS, FONES DE OUVIDO COM MICROFONE, SCANNERS DE MESA, BATERIAS PARA NOBREÁK E IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER COLORIDA) PARA ATENDER DEMANDA ESSENCIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RORAIMA

1. INTRODUÇÃO

- 1.1. Toda a ação da Administração Pública é manejada com fundamento nos princípios da supremacia do interesse público e indisponibilidade do interesse público, os quais formam o regime jurídico-administrativo constante no ordenamento jurídico nacional. Além disso, de forma expressa, o constituinte elencou no art. 37 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, de sorte que os agentes públicos possuem o dever de observar em todas as suas ações tais princípios como direcional necessário tanto para a organização de ações administrativa, quanto para os possíveis impactos que essas ações culminarão.
- 1.2. A Constituição Federal trouxe como regra o dever de licitar para as contratações de empresas especializadas em obras, serviços, compras e alienações, assim todas as vezes que a Administração Pública necessita comprar produtos, ou contratar serviços deve percorrer as fases do Procedimento Licitatório, previsto na Lei 14.133/2021.
- 1.3. É por meio do procedimento administrativo de licitar, em submissão à regra constitucional, que a administração tem a possibilidade: a) assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública; b) assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição; c) evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos; e d) incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

2. OBJETO

- 2.1. O presente instrumento tem por objeto a formação de sistema de registro de preços para aquisição de equipamentos de informática (monitores, webcams, fones de ouvido com microfone, scanners de mesa, baterias para nobreak e impressora multifuncional laser colorida) para atender demanda essencial do Tribunal de Justiça de Roraima.
- 2.2. Da especificação do Objeto
- 2.2.1. O objeto deverá ser executado conforme as condições e exigências estabelecidas neste instrumento, atendendo às seguintes especificações mínimas descritas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO
01	MONITOR com as seguintes especificações mínimas:
	TecnologiaPainel de LED tipo IPS
	Tamanho de telaMínimo 23" (polegadas), padrão widescreen (16:9) ou superior;
	Pixel PitchMenor ou igual a 0.271mm;

	Relação de Contraste	Mínimo de 1.000:1;
	Contraste Dinâmico	Mínimo de 5.000.000:1;
	Frequência do painel	Mínimo de 60Hz;
	Tratamento de tela	Anti-ofuscamento e/ou Anti-Reflexo;
	Tempo Resposta	Máximo de 6 ms;
	Brilho	250 cm/m²;
	Ângulo de visão	Ângulo de visão horizontal e vertical de pelo menos 178°;
	Resolução	Resolução FULL-HD: 1920 x 1080 @ 60Hz;
	Cores	Suporte a cores mínima: 16 milhões;
	Idioma ODS	Português Brasileiro ou Inglês;
	Padrões de conformidade	DDC/CI, RoHS, TCO Displays;
	Fixação Suporte	Sistema internacional de furação VESA 100x100mm;
	Entradas Digitais	No mínimo, 01 (uma) DisplayPort; No mínimo, 01 (uma) HDMI;
	Base Ajustável	Giratória; Pivot -45° / +90°; Altura; Inclinação;
	Energia	Voltagem bivolt - 100 ~ 240V; Fonte interna 50/60Hz;
	Controles Manuais	Power on/off, menu, fonte/auto;
	Compatibilidade	Sistema operacional Windows; Sistema operacional Mac OS 10.5 ou superior; Sistema Linux (todas as distribuições);
	Cabos e Manuais	Todos os cabos necessários à conexão dos equipamentos à rede elétrica com plugue de acordo com o padrão utilizado no Brasil, especificado pela NBR 14136; Cabo HDMI; Cabo DisplayPort; Adaptador HDMI/DisplayPort;
	Cor	Ter predominância da cor preta;
	Garantia de fábrica	Mínima de 36 meses do tipo <i>on-site</i> (no local).
02	WEBCAM Full HD para notebook e PC, com as seguintes especificações mínimas:	
	Resolução	Full HD 1080p/30fps HD 720p/60fps ou superior;
	Tipo de Foco	Foco automático;
	Tipo de lente	Lente de vidro;
	Correção de luz	Correção automática de luz;
	Captação de vídeo	Possuir H264;
	Campo de visão	Campo de visão mínimo de 78° ou superior;
	Microfone	Microfone integrado: Estéreo, omnidirecional duplo, com redução de ruídos;
	Privacidade	Obturador de privacidade integrado;
	Cabo de alimentação	USB (2.0 ou superior);
	Conectividade	Conectividade do tipo plug and play;
	Comprimento do cabo	Comprimento do cabo de, no mínimo, 1,5m;
	Cor	Deve ter predominância da cor preta;
	Sistemas operacionais compatíveis	Windows 7, Windows 8, Windows 10 (32 & 64 bit) ou superior
	Compatibilidade	Compatibilidade com Skype, Google Meet e possuir Certificado Microsoft Teams;
	Fixação	Clipe universal para fixação em notebooks e monitores de vídeo.
	Garantia de fábrica	Mínima de 12 meses do tipo <i>on-site</i> (no local).
	Modelo de referência	Logitech C925e, similar ou superior.
03	FONE DE OUVIDO COM MICROFONE com as seguintes especificações mínimas:	
	Tipo	Biauricular;
	Suporte	Deve possuir suporte por sobre a cabeça;
	Microfone	Microfone embutido em haste (braço) ajustável, que percorra um dos lados da face e aproxime-se da boca do usuário, de forma ergonômica;
	Cancelamento de ruído	O microfone deverá possuir mecanismo de cancelamento de ruído;
	Controles	Deve possuir botão físico para ligar e desligar o microfone;
	Comprimento do cabo	Comprimento do cabo de pelo menos 1,8m;
	Conexão	Conector do tipo USB (2.0 ou superior);
	Sensibilidade do microfone	Sensibilidade microfone - 17 dB v. +/- 4dB;
	Impedância dos fones	Impedância dos fones de ouvido: 32 Ohm;
	Resposta de frequência	Resposta de frequência dos fones de ouvido: 20Hz ~ 20kHz;
	Sensibilidade do fone	Sensibilidade do fone 94dB v. +/- 3db;
	Cor	Deve ter predominância da cor preta;
	Sistemas operacionais compatíveis	Windows 7, Windows 8, Windows 10 (32 & 64 bit) ou superior
	Garantia de fábrica	Mínima de 12 meses do tipo <i>on-site</i> (no local).

	<table><tr><td>Modelo de referência</td><td>Microsoft LifeChat LX3000, AGEM AHX-3000+ MKII Plus, similar ou superior.</td></tr></table>	Modelo de referência	Microsoft LifeChat LX3000, AGEM AHX-3000+ MKII Plus, similar ou superior.																																						
Modelo de referência	Microsoft LifeChat LX3000, AGEM AHX-3000+ MKII Plus, similar ou superior.																																								
04	<table><tr><td colspan="2">SCANNER DE MESA com as seguintes especificações mínimas:</td></tr><tr><td>Tipo</td><td>Scanner de mesa duplex com ADF.</td></tr><tr><td>Tecnologia</td><td>Contact Image Sensor (CIS).</td></tr><tr><td>Resolução óptica</td><td>Mínima de 600 dpi.</td></tr><tr><td>Resolução de saída</td><td>Mínima de 600 dpi.</td></tr><tr><td>Volume diário de digitalização</td><td>Mínimo de 3.500 (três mil) folhas.</td></tr><tr><td>Capacidade do ADF</td><td>Mínima de 50 folhas.</td></tr><tr><td>Tamanhos de papel</td><td>Suporte mínimo aos formatos A4 e Carta.</td></tr><tr><td>Modos de digitalização</td><td>Simplex (frente) e duplex (frente e verso) em passada única.</td></tr><tr><td>Deteção de cor</td><td>Deteção automática de documentos coloridos e/ou preto e branco.</td></tr><tr><td>Formatos de arquivos de saída</td><td>Suporte mínimo aos formatos JPEG, PDF e PDF pesquisável.</td></tr><tr><td>Velocidade de digitalização (preto e branco/escala de cinza/cor)</td><td>Mínima de 30 ppm (simplex) / 60 ipm (duplex) e com no mínimo 200 dpi</td></tr><tr><td>Conectividade</td><td>Compatível com interface USB 2.0 ou superior.</td></tr><tr><td>Drivers</td><td>Suporte mínimo de drivers TWAIN e ISIS, compatíveis com os sistemas operacionais Windows 7, 8 e 10 (32 & 64 bit)</td></tr><tr><td>Sistemas operacionais compatíveis</td><td>Windows 7, Windows 8, Windows 10 (32 & 64 bit)</td></tr><tr><td>Fonte de alimentação</td><td>100-240 V (internacional), 50/60 Hz</td></tr><tr><td>Acessórios e componentes</td><td>Acompanhar cabos, adaptadores, drivers, mídias e demais acessórios necessários para o perfeito funcionamento.</td></tr><tr><td>Interface e documentação</td><td>Possuir interface de operação e documentação (manuais, termos de garantia, etc) em português do Brasil.</td></tr><tr><td>Conformidade ambiental</td><td>Possuir conformidade com padrões de segurança e eficiência energética, a exemplo da diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances), qualificação ENERGY STAR e/ou demais certificações aplicáveis.</td></tr><tr><td>Garantia de fábrica</td><td>Mínima de 36 meses do tipo <i>on-site</i> (no local).</td></tr></table>	SCANNER DE MESA com as seguintes especificações mínimas:		Tipo	Scanner de mesa duplex com ADF.	Tecnologia	Contact Image Sensor (CIS).	Resolução óptica	Mínima de 600 dpi.	Resolução de saída	Mínima de 600 dpi.	Volume diário de digitalização	Mínimo de 3.500 (três mil) folhas.	Capacidade do ADF	Mínima de 50 folhas.	Tamanhos de papel	Suporte mínimo aos formatos A4 e Carta.	Modos de digitalização	Simplex (frente) e duplex (frente e verso) em passada única.	Deteção de cor	Deteção automática de documentos coloridos e/ou preto e branco.	Formatos de arquivos de saída	Suporte mínimo aos formatos JPEG, PDF e PDF pesquisável.	Velocidade de digitalização (preto e branco/escala de cinza/cor)	Mínima de 30 ppm (simplex) / 60 ipm (duplex) e com no mínimo 200 dpi	Conectividade	Compatível com interface USB 2.0 ou superior.	Drivers	Suporte mínimo de drivers TWAIN e ISIS, compatíveis com os sistemas operacionais Windows 7, 8 e 10 (32 & 64 bit)	Sistemas operacionais compatíveis	Windows 7, Windows 8, Windows 10 (32 & 64 bit)	Fonte de alimentação	100-240 V (internacional), 50/60 Hz	Acessórios e componentes	Acompanhar cabos, adaptadores, drivers, mídias e demais acessórios necessários para o perfeito funcionamento.	Interface e documentação	Possuir interface de operação e documentação (manuais, termos de garantia, etc) em português do Brasil.	Conformidade ambiental	Possuir conformidade com padrões de segurança e eficiência energética, a exemplo da diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances), qualificação ENERGY STAR e/ou demais certificações aplicáveis.	Garantia de fábrica	Mínima de 36 meses do tipo <i>on-site</i> (no local).
SCANNER DE MESA com as seguintes especificações mínimas:																																									
Tipo	Scanner de mesa duplex com ADF.																																								
Tecnologia	Contact Image Sensor (CIS).																																								
Resolução óptica	Mínima de 600 dpi.																																								
Resolução de saída	Mínima de 600 dpi.																																								
Volume diário de digitalização	Mínimo de 3.500 (três mil) folhas.																																								
Capacidade do ADF	Mínima de 50 folhas.																																								
Tamanhos de papel	Suporte mínimo aos formatos A4 e Carta.																																								
Modos de digitalização	Simplex (frente) e duplex (frente e verso) em passada única.																																								
Deteção de cor	Deteção automática de documentos coloridos e/ou preto e branco.																																								
Formatos de arquivos de saída	Suporte mínimo aos formatos JPEG, PDF e PDF pesquisável.																																								
Velocidade de digitalização (preto e branco/escala de cinza/cor)	Mínima de 30 ppm (simplex) / 60 ipm (duplex) e com no mínimo 200 dpi																																								
Conectividade	Compatível com interface USB 2.0 ou superior.																																								
Drivers	Suporte mínimo de drivers TWAIN e ISIS, compatíveis com os sistemas operacionais Windows 7, 8 e 10 (32 & 64 bit)																																								
Sistemas operacionais compatíveis	Windows 7, Windows 8, Windows 10 (32 & 64 bit)																																								
Fonte de alimentação	100-240 V (internacional), 50/60 Hz																																								
Acessórios e componentes	Acompanhar cabos, adaptadores, drivers, mídias e demais acessórios necessários para o perfeito funcionamento.																																								
Interface e documentação	Possuir interface de operação e documentação (manuais, termos de garantia, etc) em português do Brasil.																																								
Conformidade ambiental	Possuir conformidade com padrões de segurança e eficiência energética, a exemplo da diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances), qualificação ENERGY STAR e/ou demais certificações aplicáveis.																																								
Garantia de fábrica	Mínima de 36 meses do tipo <i>on-site</i> (no local).																																								
05	<table><tr><td colspan="2">BATERIA PARA NOBREAK com as seguintes especificações mínimas:</td></tr><tr><td>Tipo</td><td>Bateria do tipo Selada de Chumbo-Ácida regulada por Válvula (VRLA);</td></tr><tr><td>Tensão nominal</td><td>12V;</td></tr><tr><td>Capacidade nominal</td><td>7ah;</td></tr><tr><td>Tipo de terminal</td><td>Faston F187;</td></tr><tr><td>Posição dos terminais</td><td>D;</td></tr><tr><td>Carga de Tensão Constante</td><td>25º C;</td></tr><tr><td>Corrente Inicial Máxima</td><td>2,1 (A) Amperes;</td></tr><tr><td>Tensão (Cíclico)</td><td>14,1 a 14,7 V;</td></tr><tr><td>Tensão (Flutuação)</td><td>13,5 a 13,8 V;</td></tr><tr><td>Dimensões</td><td>Dimensões aproximadas (A x L x P): 10 x 15,1 x 6,5 cm;</td></tr><tr><td>Peso</td><td>Peso aproximado: 2,0 kg;</td></tr><tr><td>Garantia de fábrica</td><td>Mínima de 12 meses do tipo <i>on-site</i> (no local).</td></tr></table>	BATERIA PARA NOBREAK com as seguintes especificações mínimas:		Tipo	Bateria do tipo Selada de Chumbo-Ácida regulada por Válvula (VRLA);	Tensão nominal	12V;	Capacidade nominal	7ah;	Tipo de terminal	Faston F187;	Posição dos terminais	D;	Carga de Tensão Constante	25º C;	Corrente Inicial Máxima	2,1 (A) Amperes;	Tensão (Cíclico)	14,1 a 14,7 V;	Tensão (Flutuação)	13,5 a 13,8 V;	Dimensões	Dimensões aproximadas (A x L x P): 10 x 15,1 x 6,5 cm;	Peso	Peso aproximado: 2,0 kg;	Garantia de fábrica	Mínima de 12 meses do tipo <i>on-site</i> (no local).														
BATERIA PARA NOBREAK com as seguintes especificações mínimas:																																									
Tipo	Bateria do tipo Selada de Chumbo-Ácida regulada por Válvula (VRLA);																																								
Tensão nominal	12V;																																								
Capacidade nominal	7ah;																																								
Tipo de terminal	Faston F187;																																								
Posição dos terminais	D;																																								
Carga de Tensão Constante	25º C;																																								
Corrente Inicial Máxima	2,1 (A) Amperes;																																								
Tensão (Cíclico)	14,1 a 14,7 V;																																								
Tensão (Flutuação)	13,5 a 13,8 V;																																								
Dimensões	Dimensões aproximadas (A x L x P): 10 x 15,1 x 6,5 cm;																																								
Peso	Peso aproximado: 2,0 kg;																																								
Garantia de fábrica	Mínima de 12 meses do tipo <i>on-site</i> (no local).																																								
06	<table><tr><td colspan="2">IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER COLORIDA com as seguintes especificações mínimas:</td></tr><tr><td>Tipo</td><td>Multifuncional Laser Colorida</td></tr><tr><td>Funções</td><td>Impressão, digitalização, cópia e fax</td></tr><tr><td>Painel</td><td>Painel de controle com tela de toque colorida</td></tr><tr><td>Memória</td><td>Mínima de 512MB</td></tr><tr><td>Velocidade do processador</td><td>Laser</td></tr><tr><td>Duplex</td><td>Impressão frente e verso (duplex) automático</td></tr><tr><td>Velocidade de impressão (A4)</td><td>Mínima 23 ppm (preto) / 23 ppm (cor);</td></tr><tr><td>Ciclo de trabalho mensal máximo (impressão)</td><td>Mínimo 50.000 páginas;</td></tr><tr><td>Qualidade/resolução de impressão</td><td>Mínima 600 x 600 dpi;</td></tr><tr><td>Tempo de saída da primeira página (impressão)</td><td>Máximo 15 (quinze) segundos;</td></tr><tr><td>Linguagens de impressão</td><td>PCL5, PCL6 e PostScript 3;</td></tr><tr><td>Velocidade de cópia</td><td>Mínima 23 cpm (preto) / 23 cpm (cor);</td></tr><tr><td>Redução/Ampliação</td><td>25% a 400%;</td></tr><tr><td>Velocidade de digitalização duplex (A4)</td><td>Mínima 46 ipm (preto) / 34 ipm (cor);</td></tr><tr><td>Resolução de digitalização</td><td>Mínima 600x 600 dpi;</td></tr><tr><td>Formatos de arquivos digitalizados</td><td>Mínimo PDF e JPG;</td></tr><tr><td>Velocidade do fax</td><td>Mínimo 33.6 kbps;</td></tr></table>	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER COLORIDA com as seguintes especificações mínimas:		Tipo	Multifuncional Laser Colorida	Funções	Impressão, digitalização, cópia e fax	Painel	Painel de controle com tela de toque colorida	Memória	Mínima de 512MB	Velocidade do processador	Laser	Duplex	Impressão frente e verso (duplex) automático	Velocidade de impressão (A4)	Mínima 23 ppm (preto) / 23 ppm (cor);	Ciclo de trabalho mensal máximo (impressão)	Mínimo 50.000 páginas;	Qualidade/resolução de impressão	Mínima 600 x 600 dpi;	Tempo de saída da primeira página (impressão)	Máximo 15 (quinze) segundos;	Linguagens de impressão	PCL5, PCL6 e PostScript 3;	Velocidade de cópia	Mínima 23 cpm (preto) / 23 cpm (cor);	Redução/Ampliação	25% a 400%;	Velocidade de digitalização duplex (A4)	Mínima 46 ipm (preto) / 34 ipm (cor);	Resolução de digitalização	Mínima 600x 600 dpi;	Formatos de arquivos digitalizados	Mínimo PDF e JPG;	Velocidade do fax	Mínimo 33.6 kbps;				
IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER COLORIDA com as seguintes especificações mínimas:																																									
Tipo	Multifuncional Laser Colorida																																								
Funções	Impressão, digitalização, cópia e fax																																								
Painel	Painel de controle com tela de toque colorida																																								
Memória	Mínima de 512MB																																								
Velocidade do processador	Laser																																								
Duplex	Impressão frente e verso (duplex) automático																																								
Velocidade de impressão (A4)	Mínima 23 ppm (preto) / 23 ppm (cor);																																								
Ciclo de trabalho mensal máximo (impressão)	Mínimo 50.000 páginas;																																								
Qualidade/resolução de impressão	Mínima 600 x 600 dpi;																																								
Tempo de saída da primeira página (impressão)	Máximo 15 (quinze) segundos;																																								
Linguagens de impressão	PCL5, PCL6 e PostScript 3;																																								
Velocidade de cópia	Mínima 23 cpm (preto) / 23 cpm (cor);																																								
Redução/Ampliação	25% a 400%;																																								
Velocidade de digitalização duplex (A4)	Mínima 46 ipm (preto) / 34 ipm (cor);																																								
Resolução de digitalização	Mínima 600x 600 dpi;																																								
Formatos de arquivos digitalizados	Mínimo PDF e JPG;																																								
Velocidade do fax	Mínimo 33.6 kbps;																																								

	Tipos de papal	A4, A5, Ofício e Carta;
	Tipos de mídia	Papel (colorido, brilhante, timbrado, fotográfico, comum, reciclado), etiquetas, envelopes;
	Capacidade de entrada de papel (bandeja multiuso)	Mínima 50 folhas;
	Capacidade de entrada de papel (padrão)	Mínimo 250 folhas;
	Capacidade de saída de papel	Mínimo 100 folhas;
	Alimentador automático de documentos (ADF)	Mínimo 50 folhas;
	Conectividade	USB 2.0 de alta velocidade; Gigabit Ethernet;
	Sistemas operacionais compatíveis	Sistema operacional Windows; Sistema operacional Mac OS 10.5 ou superior; Sistema Linux (todas as distribuições);
	Energia	Voltagem: 110 a 127 volts, 50/50 Hz;
	Eficiência energética	Certificação mínima ENERGY STAR;
	Cabos/Acessórios/Manuais	Todos os cabos necessários à conexão dos equipamentos à rede elétrica com plugue de acordo com o padrão utilizado no Brasil, especificado pela NBR 14136; Cabo RJ-45 (opcional) Os drivers devem ser disponibilizados em mídia USB e/ou CD/DVD e/ou a partir de sítio na internet e, também, ser compatíveis com os sistemas operacionais indicados anteriormente; Os manuais devem ser fornecidos no idioma Português do Brasil;
	Garantia de fábrica	Garantia mínima de 12 (doze) meses do tipo on-site (no local).
	Modelo de referência	HP M479fdw, similar ou superior

2.3. Demais Requisitos

2.3.1. Da Garantia e Manutenção

- 2.3.1.1. Quanto aos itens 01 e 04, os equipamentos devem contar com garantia total do fabricante, pelo período de 36 (trinta e seis) meses. Para os itens 02, 03, 05 e 06, a garantia será de 12 (doze) meses. Para todos a garantia será do tipo on-site, contados a partir do recebimento definitivo dos equipamentos.
- 2.3.1.2. Os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso e fazer parte do catálogo de produtos comercializados pelo fabricante. Não serão aceitos equipamentos ou componentes que tenham sido descontinuados pelo fabricante ou que estejam listados para descontinuidade futura (end-of-life).
- 2.3.1.3. A garantia será comprovada pelo termo de garantia emitido pelo fabricante do produto ou documento equivalente, que deverão ser disponibilizados no ato da entrega dos equipamentos, constando no mínimo a data de entrega e início da garantia, a data fim, a modalidade ofertada e o nome da empresa que prestará os atendimentos em garantia.
- 2.3.1.4. A CONTRATADA deverá prestar, durante todo o período de garantia, assistência técnica contra defeitos de fabricação e suporte técnico referente ao uso de recursos dos equipamentos e à solução de problemas de funcionamento, durante a utilização normal dos equipamentos, independente da existência de falha material.
- 2.3.1.5. As solicitações e atendimentos de assistência técnica, bem como a manutenção dos equipamentos em garantia deverão ocorrer da seguinte forma:

- a. **Solicitações de assistência técnica**
- i. A CONTRATADA deverá disponibilizar Central de Atendimento para abertura de solicitações de assistência e suporte técnico, o que poderá ser realizado através de ligação telefônica gratuita (0800), site da internet, e-mail, ou qualquer outro meio viável e efetivo;
- ii. Havendo alteração dos contatos relativos aos canais para solicitação de assistência técnica, a CONTRATADA deverá informar prontamente à CONTRATANTE os dados atualizados para contato;
- iii. A Central de Atendimento ficará disponível em dias úteis (segunda a sexta-feira, exceto feriados) e em horário comercial (8h às 18h) para solicitações via ligação telefônica;
- iv. Os canais de atendimento pela internet ficarão disponíveis ininterruptamente;
- v. É necessário que seja fornecido à CONTRATANTE um número único de identificação da solicitação (protocolo de atendimento) para cada solicitação aberta;
- vi. As solicitações de assistência técnica, bem como as ações tomadas, serão registradas em sistema da CONTRATADA, próprio para esta finalidade;
- vii. A CONTRATADA disponibilizará interface web para acompanhamento e consulta a todas as solicitações de assistência técnica do CONTRATANTE, permitindo a visualização do número único de identificação de cada solicitação, bem como a respectiva data e hora de abertura e de fechamento, identificação do responsável pela abertura e do técnico alocado, atividades executadas e soluções aplicadas; e
- viii. As solicitações de assistência técnica somente poderão ser encerradas após autorização do CONTRATANTE.

b. Atendimento às solicitações de assistência técnica

- i. Os atendimentos às solicitações de assistência técnica serão realizados no prédio da Sede Administrativa do TJRR, localizado na cidade de Boa Vista - RR, em dias úteis (segunda a sexta-feira), em horário comercial (8h às 18h);
- ii. O atendimento inicial ocorrerá em até 02 (dois) dias úteis após a solicitação;
- iii. O prazo máximo para a resolução de problemas será de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da abertura da solicitação, incluindo a troca de peças e/ou componentes mecânicos ou eletrônicos, sem custo adicional para o TJRR;
- iv. Caso o problema não seja resolvido dentro do prazo de resolução, a CONTRATADA substituirá o equipamento defeituoso por outro, a título de backup (substituição temporária por outro equipamento similar), com padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores. Neste caso, o prazo para resolução do problema será de 30 (trinta) dias corridos, contados da substituição do equipamento.

3. Manutenção dos equipamentos e garantia

- i. Deverá ser realizada no local de atendimento (on-site), por profissional especializado, e cobrir todo e qualquer defeito apresentado, incluindo o fornecimento e substituição de peças e/ou componentes, além de quaisquer ajustes, reparos ou correções necessárias;
- ii. As peças e os componentes que apresentarem defeito serão substituídos por outros com padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos utilizados na fabricação do(s) equipamento(s), todos novos e de primeiro uso;
- iii. A substituição de peças e/ou componentes com especificações diferentes do original do equipamento, desde que o fabricante assegure a manutenção da garantia, somente poderá ser efetuada mediante análise e autorização do fiscal do contrato.

c. Manutenção dos equipamentos em garantia

- i. Deverá ser realizada no local de atendimento (on-site), por profissional especializado, e cobrir todo e qualquer defeito apresentado, incluindo o fornecimento e substituição de peças e/ou componentes, além de quaisquer ajustes, reparos ou correções necessárias;
- ii. As peças e os componentes que apresentarem defeito serão substituídos por outros com padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos utilizados na fabricação do(s) equipamento(s), todos novos e de primeiro uso;
- iii. A substituição de peças e/ou componentes com especificações diferentes do original do equipamento, desde que o fabricante assegure a manutenção da garantia, somente poderá ser efetuada mediante análise e autorização do fiscal do contrato.

2.3.2. Da logística reversa

- 2.3.2.1. A Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispõe sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada, ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público, e aos instrumentos econômicos aplicáveis. A referida política estabelece, em seu art. 25, que “o poder público, o setor empresarial e a coletividade são responsáveis pela efetividade das ações voltadas para assegurar a observância da Política Nacional dos Resíduos Sólidos e das diretrizes, e demais determinações estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento”.
- 2.3.2.2. Considerando a natureza reciclável dos itens que compõem o objeto deste Estudo e a necessidade de destinação ambientalmente adequada, o Poder Judiciário do Estado de Roraima, adotará, para a presente contratação, procedimento de Logística Reversa, em atendimento ao disposto no art. 33, incisos II e VI, da Lei nº. 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, em especial a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto, conforme disposto a seguir:

“Art. 33. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

II - pilhas e baterias;

VI – produtos eletroeletrônicos e seus componentes.”

2.3.2.3. A logística reversa tem como objetivo estratégico agregar valor aos produtos que deverão ser devolvidos às empresas por algum motivo, como fim do ciclo de vida, fazendo com que retornem ao ciclo produtivo.

2.3.2.4. A mencionada medida coaduna-se com a Resolução nº 400/2021 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ que dispõe sobre a necessidade de efetivação da política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário e do Plano de Logística Sustentável (PLS), instituído no âmbito no Poder Judiciário do Estado de Roraima pela Portaria nº 685 TJRR/PR, de 27 de abril de 2023, vinculado ao Plano de Gestão de Resíduos do Poder Judiciário de Roraima.

2.3.2.5. A CONTRATADA deverá informar em sua proposta a forma de implementação da logística reversa, indicando os procedimentos para a coleta e especificação da destinação dos itens, assim como responsável pelo recolhimento e seu contato (telefone e e-mail).

2.3.2.6. A CONTRATADA, sempre que demandada pela CONTRATANTE, deverá realizar a logística reversa dos itens fornecidos, bem como encaminhar o material descartado de acordo com as práticas e políticas de sustentabilidade ambiental previstas em lei, sem qualquer ônus à CONTRATANTE.

2.3.2.7. A CONTRATADA será responsável pelo recolhimento dos itens, após solicitação formal da CONTRATANTE, que se dará preferencialmente via e-mail, fornecido pela CONTRATADA para este fim. O recolhimento dos itens ocorrerá no local indicado pela CONTRATANTE e em horário de expediente (08h às 14h).

2.4. Da relação entre a demanda prevista e a quantidade de bens a serem contratados:

2.4.1. Os componentes listados na tabela abaixo compõem o objeto desta licitação e deverão atender aos requisitos técnicos os quais estão listados neste Termo de Referência, de acordo com os quantitativos abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
01	Monitor, com garantia <i>on-site</i> de 36 (trinta e seis) meses	UND	1.150
02	Webcam, com garantia <i>on-site</i> pelo período de 12 (doze) meses	UND	300
03	Fone de ouvido com microfone, com garantia <i>on-site</i> pelo período de 12 (doze) meses	UND	500
04	Scanner de mesa, com garantia <i>on-site</i> de 36 (trinta e seis) meses	UND	200
05	Bateria para nobreaks, com garantia <i>on-site</i> pelo período de 12 (doze) meses	UND	800
06	Impressora multifuncional laser colorida, com garantia <i>on-site</i> pelo período de 12 (doze) meses	UND	10

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. O objeto deverá ser executado em conformidade com as especificações constantes neste instrumento.

3.2. Justificativa

3.2.1. Como parte da estratégia do Tribunal de Justiça de Roraima para manter o parque de equipamentos de informática atualizado e operacional, visou-se substituir os equipamentos obsoletos e danificados, principalmente aqueles em uso há cinco anos ou mais.

3.2.2. Os monitores são componentes essenciais para qualquer sistema de computação, pois fornecem a interface visual entre o usuário e o computador. Com a tecnologia em constante evolução, monitores mais antigos podem não oferecer a qualidade de imagem necessária para atender às demandas atuais, como resolução adequada e fidelidade de cores. Além disso, em 2023 foi firmada a adesão à ata do TRE, a qual contemplava a compra de 1.150 unidades de Computador Mini Desktop com 16GB de RAM e SSD de 256GB, acompanhadas de monitores de 23", conforme registrado no SEI 0013923-36.2023.8.23.8000.

3.2.3. Em um ambiente cada vez mais digitalizado, a comunicação por vídeo se tornou uma ferramenta indispensável para reuniões virtuais, audiências e outras atividades colaborativas. Com a crescente demanda por trabalho remoto e audiências online, a necessidade de webcams e fones de ouvido com microfones confiáveis e de alta qualidade é fundamental. As webcams e fones mais antigos podem não oferecer a resolução e a clareza necessárias para garantir uma comunicação eficaz. Portanto, a aquisição de equipamentos atualizados garantirá que os profissionais do Tribunal de Justiça de Roraima possam realizar suas atividades virtuais com qualidade e eficiência, promovendo uma comunicação eficaz e fluida.

3.2.4. Quanto aos scanners, a digitalização de documentos é uma prática comum e essencial para o gerenciamento eficiente de processos judiciais e administrativos. Scanners de mesa oferecem a capacidade de converter documentos físicos em formato digital com rapidez e facilidade, facilitando o armazenamento, compartilhamento e recuperação de informações. Com a tecnologia atual, scanners mais antigos podem ser lentos e menos eficientes, resultando em atrasos e ineficiências no processo de digitalização. Portanto, a substituição de scanners obsoletos por modelos mais modernos e eficientes garantirá uma gestão de documentos mais ágil e eficaz no Tribunal de Justiça de Roraima.

3.2.5. Por sua vez, as baterias para nobreaks, são componentes essenciais desses dispositivos, fornecendo energia reserva para manter os sistemas em funcionamento durante quedas de energia prolongadas. Com o tempo, as baterias dos nobreaks podem se deteriorar, reduzindo sua capacidade de fornecer energia de reserva e proteção adequada aos equipamentos conectados. Portanto, a substituição regular das baterias dos nobreaks garantirá a integridade e a disponibilidade contínua dos sistemas informatizados do Tribunal de Justiça de Roraima, protegendo contra perdas de dados e interrupções no trabalho causadas por falhas de energia, que são frequentes no Estado.

3.2.6. Por fim, quanto a impressora colorida, a Escola Judicial de Roraima, que desempenha um papel fundamental no processo de aprendizagem do Poder Judiciário, necessita atualmente de recursos para a promoção dos cursos e iniciativas pedagógicas, de modo que na ausência de serviços de impressão, tais equipamentos são fundamentais para atender de forma eficiente as demandas constantes de impressão (certificados, cartões, panfletos e demais), garantindo uma resposta ágil às necessidades educacionais e institucionais da Escola e sucesso das suas atividades.

3.3. Alinhamento Estratégico

3.3.1. A contratação encontra-se em consonância com o Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, período 2021 -2026, com o Plano Anual de Contratações 2024, bem como foi aprovada pelo Comitê Gestor de TIC:

Planejamento Estratégico	
Perspectiva	Orçamento e Tecnologia.
Alinhamento	Aumentar a satisfação dos usuários do Sistema Judiciário.
Objetivo Estratégico	OE9. Assegurar a transformação digital e a segurança da informação.
Diretrizes	Manter e evoluir a infraestrutura de TI.
Indicador	Idade média do Parque Computacional.
Fórmula de Cálculo	(Somatório da idade dos equipamentos/Quantidade de equipamentos) x 100.
Metas	2023: 3 anos
	2024: 2,8 anos
	2025: 2,5 anos
	2026: 2 anos

Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTIC 2023-2025

Objetivo	Aumentar a satisfação dos usuários do Sistema Judiciário.
	Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas.
Iniciativas	Aprimoramento do atendimento ao usuário.

Plano Anual de Contratações - PAC 2024

Contratação nº 34 no PAC 2024	Aquisição de Equipamentos de Informática
-------------------------------	--

Fonte de Recursos

Programa de Trabalho n.º 12.601.02.061.0003.2457 - Modernização e Expansão da TIC, elemento de despesa 4.4.90.52 - Equipamentos e materiais Permanentes, da u.o. Fundo Especial do Poder Judiciário.

3.4. Objetivos

3.4.1. A contratação da solução visa alcançar os seguintes resultados:

- a. **Manutenção da eficiência operacional:** É crucial assegurar que todos os equipamentos essenciais estejam operando de forma eficiente para evitar interrupções nas atividades diárias do Tribunal;
- b. **Garantia de qualidade dos serviços prestados:** A aquisição desses equipamentos é fundamental para garantir que trabalhos desenvolvidos atendam ao alto padrão de qualidade exigido para os serviços judiciais e administrativos do Tribunal;
- c. **Parque de equipamentos otimizado e modernizado:** Esta ação visa garantir que todos os equipamentos de informática e tecnologia utilizados pelo TJRR estejam atualizados e em conformidade com os padrões modernos.

3.5. Referência aos Estudos Técnicos Preliminares

3.5.1. Este Termo de Referência foi elaborado considerando o Documento de Formalização de Demanda (DFD) e os Estudos Preliminares, encaminhados pela Subsecretaria de Central de Serviços, ambos constantes no Processo nº. 0010079-44.2024.8.23.8000.

3.6. Análise de Mercado de TIC

3.6.1. Considerando as necessidades e requisitos da demanda descritos no item 3, alínea b, dos Estudos Preliminares, visualizou-se no mercado de TIC as alternativas de solução:

- a. Solução 1: Aquisição de equipamentos de informática;
- b. Solução 2: Locação de equipamentos de informática.

3.6.2. Conforme item 3.2. dos Estudos Preliminares, constatou-se que a Solução 1: Aquisição de equipamentos de informática apresenta mais elementos que justifiquem a sua escolha como solução mais vantajosa para a Administração.

3.7. Benefícios

3.7.1. A escolha da solução visa alcançar os seguintes benefícios:

- a. Facilitar a comunicação e colaboração remota;
- b. Melhorar a interação em cursos online e treinamentos;
- c. Melhorar a qualidade das comunicações em chamadas de voz e videoconferências;
- d. Facilitar a digitalização rápida e eficiente de documentos físicos;
- e. Permitir o arquivamento digital e organização de documentos;
- f. Permitir o desligamento seguro de sistemas durante quedas de energia prolongadas;
- g. Oferecer qualidade de impressão superior e velocidade de impressão rápida.

4. ESTRATÉGIA DA CONTRATAÇÃO

4.1. Da natureza do Objeto

4.1.1. De acordo com a Lei nº. 14.133/2021, que trata das normas gerais de licitações e contratos administrativos, observamos que o objeto em questão pode ser especificado objetivamente com base em padrões usuais do mercado. Portanto, consideramos que esta contratação se enquadra como bem ou serviço comum, conforme definido na referida lei.

4.2. Da Justificativa para o Parcelamento

4.2.1. Com o objetivo de buscar ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado, os equipamentos estarão parcelados em itens e não comporão lote, uma vez que, quando se concentra toda a quantidade, e se exige o fornecimento do seu todo, pequenos fornecedores podem ter dificuldades de participar ou se veem impedidos, com a restrição do fornecimento de lote.

4.3. Da adjudicação do Objeto

4.3.1. Dada a possibilidade do parcelamento do objeto, a adjudicação dar-se-á por menor preço global por item.

4.4. Da Modalidade e Tipo de Licitação

4.4.1. Dada a natureza do objeto, a modalidade de licitação mais adequada é o “Pregão”, preferencialmente em sua forma eletrônica, e utilizando o critério de seleção do “Menor Preço”. Essa modalidade de licitação busca assegurar a obtenção da melhor proposta com o menor valor, garantindo assim uma seleção mais eficiente e econômica para a Administração Pública.

4.4.2. O presente Estudo objetiva a formação de Sistema de Registro de Preços, uma vez que se trata de objeto cuja necessidade é frequente e a entrega se dará de forma parcelada, realizada conforme demanda, com fulcro nos incisos I e II do art. 3º do Decreto nº. 11.462/2023.

4.5. Qualificação Econômico-Financeira

4.5.1. Quanto à qualificação econômico-financeira, observado o art. 69 da Lei 14.133/2021, a fim da licitante demonstrar a aptidão para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, deverão ser exigidos:

- a. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante ou comprovação, por certificação do juízo falimentar competente, de que a licitante possui plano de recuperação judicial deferido e homologado judicialmente, nos termos do art. 58, da Lei n.º 11.101/2005, estando apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento do contrato;
- b. Comprovação de que possui patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor da contratação, mediante apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

4.6. Qualificação Técnica

4.6.1. Não será exigida qualificação técnica, visto que o objeto consiste em equipamentos amplamente conhecidos, disponíveis comercialmente e com especificações técnicas padronizadas no mercado, não apresentando grau de complexidade significativo que justifique capacidade técnica para o atendimento da demanda.

5. PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA

5.1. O prazo de entrega dos itens será de até 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de assinatura do contrato.

5.2. A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação do PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.3. O prazo de vigência do contrato será de 04 (quatro) meses, a contar de sua assinatura.

5.4. O instrumento contratual será assinado no prazo de até 02 (dois) dias úteis, nos termos do art. 90 da Lei nº. 14.133/2021.

5.5. Os equipamentos deverão ser entregues ao fiscal do contrato, juntamente com a nota fiscal na Subsecretaria de Central de Serviços (SUBCS), da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR), situado na Avenida Capitão Ene Garcês, nº. 1696, Bairro São Francisco - CEP: 69307-725 - Boa Vista - RR, Prédio Administrativo Luiz Rosalvo Indrusiak Finn, no horário de expediente (8h às 14h). Contato (95) 3198-4140.

5.6. Antes da entrega do material, deverá ocorrer agendamento prévio junto à Subsecretaria de Central de Serviços (SUBCS), no horário das 8h às 14h, através do seguinte contato: (95) 3198-4140. Os custos gerados referentes às tentativas de entrega não agendadas previamente serão por conta do Fornecedor.

5.7. Eventual mudança no endereço de entrega dos materiais será informada prévia e oportunamente à CONTRATADA, sem que acarrete ônus ao CONTRATANTE.

6. ORÇAMENTO ESTIMADO

6.1. Com base na instrução do procedimento administrativo nº 0010079-44.2024.8.23.8000, pode-se inferir que o valor estimado da contratação é de **RS1.946.428,20 (um milhão, novecentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e vinte e oito reais e vinte centavos)**, conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Monitor, com garantia on-site de 36 (trinta e seis) meses	UND	1.150	1.067,29	1.227.383,50
02	Webcam, com garantia on-site, pelo período de 12 meses	UND	300	472,95	141.885,00
03	Fones de ouvido com microfone, com garantia on-site, pelo período de 12 meses	UND	500	125,12	62.560,00
04	Scanner de mesa, com garantia on-site de 36 (trinta e seis) meses	UND	200	2.057,82	411.564,00

05	Bateria para nobreaks, com garantia on-site pelo período de 12 (doze) meses	UND	800	80,38	64.304,00
06	Impressora multifuncional laser colorida, com garantia on-site pelo período de 12 (doze) meses	UND	10	3.873,17	38.731,70

Valor Total Estimado (R\$) 1.946.428,20

6.2. O preço deverá abranger todos os impostos, taxas e demais encargos, assim como quaisquer atividades ou insumos necessários à execução do objeto, mesmo quando não expressamente indicados, não cabendo, posteriormente, quaisquer acréscimos previsíveis.

6.3. A LICITANTE deverá apresentar, com a Proposta Comercial, planilha de verificação de atendimento às especificações técnicas, contendo as indicações precisas, na documentação da solução, que comprovem cada característica técnica exigida para o objeto constante no item 2.2.1. deste instrumento.

7. OBRIGAÇÕES

7.1. São obrigações da CONTRATADA:

- a. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato;
- b. Executar fielmente as obrigações contratuais, munindo-se de todos os insumos necessários para execução do objeto;
- c. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e cumprindo todas as condições exigidas para habilitação;
- d. Tomar todas as providências necessárias para a execução do objeto desta contratação, dentro dos parâmetros estabelecidos neste instrumento e na proposta apresentada pela instituição prestadora do serviço, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis;
- e. Executar os objeto contratado tempestivamente, dentro do prazo negociado, atendendo aos requisitos de qualidade exigidos;
- f. Manter, durante o período de vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, se for necessário;
- g. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;
- h. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- i. Entregar o objeto em rígida observância ao Termo de referência;
- j. Conhecer minuciosamente o Termo de Referência em todas as suas partes.

7.2. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

- a. A veiculação de publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;
- b. Subcontratação do objeto; e
- c. Nos termos do art. 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 229, de 22 de junho de 2016, é vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

7.3. Durante a execução do objeto, o CONTRATANTE deverá proceder conforme os casos abaixo:

- a. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- b. Efetuar o pagamento devido pela entrega dos equipamentos, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências estabelecidas neste instrumento;
- c. Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas na execução do objeto;
- d. Nomear um ou mais servidores para fazer a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços. Tal fiscalização não exclui nem reduz as responsabilidades da CONTRATADA em relação ao acordado; e
- e. Rejeitar formalmente e por escrito, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com a especificação constante deste instrumento. Para que esta rejeição seja considerada válida, bastará a comprovação de envio de notificação escrita ao preposto da CONTRATADA.

7.4. Comunicação entre CONTRATANTE e CONTRATADA:

- a. Após o recebimento da Nota de Empenho, a CONTRATADA deverá providenciar, no prazo de 02 (dois) dias úteis, solicitação de credenciamento de usuário externo, no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, instituído pela Resolução TJRR nº 029/2016 e regulamentado Portaria TJRR nº 1650/2016.
- b. A solicitação de credenciamento deverá ser realizada pelo sítio www.tjrr.jus.br.
- c. A não solicitação de credenciamento dentro do prazo estabelecido poderá ocasionar na aplicação das sanções administrativas previstas no instrumento contratual.
- d. A CONTRATADA deverá manter atualizado o seu cadastro no Sistema Eletrônico de Informações – SEI.
- e. O endereço de e-mail do representante legal da CONTRATADA para fins de recebimento de notificação e demais comunicações inerentes à execução do objeto deverá ser informado na proposta, devendo ser o mesmo a ser cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações – SEI.
- f. Durante a execução do objeto, qualquer comunicação, tais como cartas, ofícios, notificações, entre outros, será realizada prioritariamente via Sistema Eletrônico de Informações – SEI, sendo que a CONTRATADA disporá do prazo de até 05 (cinco) dias corridos para leitura e assinatura da notificação, a partir da liberação do link de assinatura eletrônica.
- g. Exaurido o prazo previsto no subitem anterior, a CONTRATADA considerar-se-á devidamente notificada, iniciando, assim, eventuais prazos dos atos subsequentes, como, por exemplo, no caso de intimações para apresentar defesa prévia.
- h. A adoção de comunicações digitais é o resultado da implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI. Assim, os processos administrativos que tramitam sob a tutela deste sistema computacional dispensam a utilização do meio físico papel.
- i. A CONTRATADA deverá manter Preposto, aceito pelo CONTRATANTE, durante o período de execução do objeto, para representá-lo administrativamente sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração onde deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional, bem como número telefônico para contato e endereço de e-mail.
- j. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas e outras questões referentes ao objeto.

8. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

Rotinas de Fiscalização Contratual

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, conforme as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

8.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

8.6. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

8.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

8.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.9. O Tribunal de Justiça de Roraima poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.10. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

8.11. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

Do Recebimento

- 8.12. O objeto será recebido provisoriamente, no prazo de 03 (três) dias corridos, a contar da comunicação pela CONTRATADA de adimplemento da obrigação contratual.
- 8.13. O objeto será recebido definitivamente no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da data da emissão do recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, momento em que a contratada poderá emitir a fatura, acompanhada da certidão SICAF, ou das certidões que substitua o SICAF.
- Do Pagamento**
- 8.14. O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pelo Fornecedor.
- 8.15. O pagamento será realizado proporcionalmente ao fornecimento dos produtos licitados, conforme a entrega e após o recebimento definitivo.
- 8.16. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)^{365}}{365}$$
$$EM = I \times N \times VP$$

I = Índice de atualização financeira
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual
EM = Encargos Moratórios devidos
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento
VP = Valor da Prestação em atraso

8.17. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da Secretaria-Geral desta Corte, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. A Secretaria-Geral decidirá os casos omissos.



Documento assinado eletronicamente por ALLEF WEYLLER BATISTA ESBELL, Subsecretário(a), em 11/07/2024, às 08:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Portaria da Presidência - TJRR nº1650/2016.



Documento assinado eletronicamente por JÁDILA COSTA COTRIM, Integrante Técnico, em 15/07/2024, às 08:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Portaria da Presidência - TJRR nº1650/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjrr.jus.br/autenticidade> informando o código verificador 2057825 e o código CRC F8453CB7.

ANEXO II

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS DETALHADA, APÓS O ENCERRAMENTO DOS LANCES

PREGÃO ELETRÔNICO n.º 00/Data do certame: 00/00/2024, às 10h00min.

Procedimento Administrativo n.º 0010079-44.2024.8.23.8000

OBJETO: Formação de sistema de registro de preços para aquisição de equipamentos de informática (monitores, webcams, fones de ouvido com microfone, scanners de mesa, baterias para nobreak e impressora multifuncional laser colorida) para atender demanda essencial do Tribunal de Justiça de Roraima., conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.

ITEM 01						
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário Fixado pelo TJRR (R\$)	Valor Unitário ofertado pelo licitante (R\$)	Valor Total do item (R\$)
01	Monitor, com garantia on-site de 36 (trinta e seis) meses, e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital. MARCA: MODELO:	Und.	1.150	1.067,29		
Valor Total (R\$)						
Valor Máximo Aceito Pelo TJRR do Item - R\$ 1.227.383,50						

ITEM 02						
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário Fixado pelo TJRR (R\$)	Valor Unitário ofertado pelo licitante (R\$)	Valor Total do item (R\$)
02	Webcam, com garantia on-site, pelo período de 12 meses, e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital. MARCA: MODELO:	Und.	300	472,95		
Valor Total (R\$)						
Valor Máximo Aceito Pelo TJRR do Item - R\$ 141.885,00						

ITEM 03						
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário Fixado pelo TJRR (R\$)	Valor Unitário ofertado pelo licitante (R\$)	Valor Total do item (R\$)

03	Fones de ouvido com microfone, com garantia on-site, pelo período de 12 meses, e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital. MARCA: MODELO:	Und.	500	125,12		
Valor Total (R\$)						
Valor Máximo Aceito Pelo TJRR do Item - R\$ 62.560,00						
Item exclusivo para ME e EPP						

ITEM 04						
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário Fixado pelo TJRR (R\$)	Valor Unitário ofertado pelo licitante (R\$)	Valor Total do item (R\$)
04	Scanner de mesa, com garantia on-site de 36 (trinta e seis) meses, e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital. MARCA: MODELO:	Und.	200	2.057,82		
Valor Total (R\$)						
Valor Máximo Aceito Pelo TJRR do Item - R\$ 411.564,00						

ITEM 05						
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário Fixado pelo TJRR (R\$)	Valor Unitário ofertado pelo licitante (R\$)	Valor Total do item (R\$)
05	Bateria para nobreaks, com garantia on-site pelo período de 12 (doze) meses, e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital. MARCA: MODELO:	Und.	800	80,38		
Valor Total (R\$)						
Valor Máximo Aceito Pelo TJRR do Item - R\$ 64.304,00						
Item exclusivo para ME e EPP						

ITEM 06						
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário Fixado pelo TJRR (R\$)	Valor Unitário ofertado pelo licitante (R\$)	Valor Total do item (R\$)
06	Impressora multifuncional laser colorida, com garantia on-site pelo período de 12 (doze) meses, e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital. MARCA: MODELO:	Und.	10	3.873,17		
Valor Total (R\$)						
Valor Máximo Aceito Pelo TJRR do Item - R\$ 38.731,70						
Item exclusivo para ME e EPP						

Razão Social:
Número do CNPJ:
Endereço Completo com CEP:
Fone/Fax/Celular:
E-mail:
Banco/Nome e nº. da Agência/Conta Corrente
Prazo de Validade da Proposta:
Local e Data:

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão Eletrônico n.º 000/2024

a) Nos termos do art. 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 229, de 22 de junho de 2016, DECLARO não ter no quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

Local e data

Assinatura do Representante Legal

ANEXO IV
TERMO DE COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE

A empresa _____ (NOME DAS EMPRESA), inscrita sob o CNPJ nº _____ se compromete a contribuir com a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e efetivar, em processos internos e externos, o cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal de 1988, e em conformidade com o art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021. Bem como, observar, sempre que possível, para a execução dos serviços as normas em vigor atinentes à sustentabilidade ambiental, as boas práticas estabelecidas na Resolução CNJ n. 400/2021, e pelo [Plano de Logística Sustentável do TJRR](#), instituído pela [Portaria nº 685 TJRR/PR, de 27 de abril de 2023](#).

Local e data

Assinatura do Representante Legal

ANEXO V
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços N.º 000/2024

Procedimento Administrativo n.º 0010079-44.2024.8.23.8000

Pregão Eletrônico n.º 000/2024

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, com sede na Praça do Centro Cívico, sem número, Centro, na cidade de Boa Vista, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º 34.812.669/0001-08, neste ato, representado(a) pelo(a) ...(cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria n.º de de de, inscrito no CPF sob o n.º Portador(a) da Carteira de Identidade n.º, considerando o julgamento da licitação na modalidade **Pregão**, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, em epígrafe, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e nas quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, na Lei n.º 14.133/21 e suas alterações, e no Decreto n.º 11.462/2023, observadas, ainda, as demais normas legais aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para aquisição de equipamentos de informática (monitores, webcams, fones de ouvido com microfone, scanners de mesa, baterias para nobreak e impressora multifuncional laser colorida) para atender demanda essencial do Tribunal de Justiça de Roraima., conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.

2. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, **contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação** no Portal Nacional das Contratações Públicas-PNCP, prorrogáveis na forma do Decreto 11.462/2023.

2.2. O Edital do **Pregão** Eletrônico n.º 000/2024 e seus anexos são partes integrantes desta Ata, assim como a proposta vencedora e a ata da sessão pública do Pregão eletrônico, independente de transcrição.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, E DA VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTATIVOS

3.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.3. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do **subitem 3.1**.

3.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador.

3.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

3.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.2. O instrumento contratual, deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

- aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- mantiverem sua proposta original.

4.4. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.6. Os convocados no cadastrado reserva ou da classificação remanescente, passarão por processo de habilitação previsto em edital, quando convocados.

4.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.8. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o **subitem 4.3**, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a. convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- b. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.9. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- a. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- b. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- c. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- d. no caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, sendo necessária a análise das condições de habilitação nos moldes previstos em edital.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no **subitem 6.2** e no **subitem 6.2.1**, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- a. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- d. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.e
- e. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no **subitem 7.1** será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a. por razão de interesse público;
- b. a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c. se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas instrumento convocatório.

8.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO do instrumento convocatório

10. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

10.1. O(s) preço(s) registrado(s), as especificações do objeto, a(s) quantidade(s), **fornecedor(es)** e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM 01					
EMPRESA:					
CNPJ:					
ENDEREÇO COMPLETO:					
REPRESENTANTE:					
TELEFONE: E-MAIL:					
PRAZO DE ENTREGA:					
Item	Descrição	Und.	Qtd.	VALOR	
				Unitário	Total
01					

ITEM 02					
---------	--	--	--	--	--

EMPRESA:					
CNPJ:					
ENDEREÇO COMPLETO:					
REPRESENTANTE:					
TELEFONE: E-MAIL:					
PRAZO DE ENTREGA:					
Item	Descrição	Und.	Qtd.	VALOR	
				Unitário	Total
02					

ITEM 03					
EMPRESA:					
CNPJ:					
ENDEREÇO COMPLETO:					
REPRESENTANTE:					
TELEFONE: E-MAIL:					
PRAZO DE ENTREGA:					
Item	Descrição	Und.	Qtd.	VALOR	
				Unitário	Total
03					

ITEM 04					
EMPRESA:					
CNPJ:					
ENDEREÇO COMPLETO:					
REPRESENTANTE:					
TELEFONE: E-MAIL:					
PRAZO DE ENTREGA:					
Item	Descrição	Und.	Qtd.	VALOR	
				Unitário	Total
04					

ITEM 05					
EMPRESA:					
CNPJ:					
ENDEREÇO COMPLETO:					
REPRESENTANTE:					
TELEFONE: E-MAIL:					
PRAZO DE ENTREGA:					
Item	Descrição	Und.	Qtd.	VALOR	
				Unitário	Total
05					

ITEM 06					
EMPRESA:					
CNPJ:					
ENDEREÇO COMPLETO:					
REPRESENTANTE:					
TELEFONE: E-MAIL:					
PRAZO DE ENTREGA:					
Item	Descrição	Und.	Qtd.	VALOR	
				Unitário	Total
06					

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

ANEXO I - FORNECEDORES DO CADASTRO DE RESERVA

CADASTRO RESERVA	
Classificação	Licitante

ANEXO II - CLASSIFICAÇÃO FORNECEDORES QUE MANTIVERAM SUAS PROPOSTA

FORNECEDORES QUE MANTIVERAM SUAS PROPOSTA	
Classificação	Licitante

ANEXO VI - MINUTA DE CONTRATO
EP. (2061170)

MINUTA DE CONTRATO - PR/SG/SGA/SUBCON

Minuta de Contrato de **aquisição de equipamentos de informática (monitores, webcams, fones de ouvido com microfone, scanners de mesa, baterias para nobreak e impressora multifuncional laser colorida)**, para atender demanda essencial do Tribunal de Justiça de Roraima, oriundo da Ata de Registro de Preços ____/____, Pregão Eletrônico ____/____, que entre si celebraram o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima e _____.

CONTRATANTE: **Tribunal de Justiça do Estado de Roraima**, situado na Praça do Centro Cívico, nº 296, Centro, nesta cidade, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 34.812.669/0001-08, doravante denominado Contratante, neste ato representado por seu Secretário-Geral, _____, união estável, brasileiro, matrícula nº. _____.

CONTRATADO: _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº _____, com sede localizada na Rua _____, Bairro _____, CEP: _____-____, ____/____, Telefones: (____) _____, E-mail: _____, daqui por diante designada Contratada, neste ato representada pelo Senhor (a) _____, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por [procuração/contrato social/estatuto social], tendo em vista o que consta no Processo nº _____ e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), [Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023](#) e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Cláusula Primeira – Objeto

1.1. O objeto do presente instrumento é **aquisição de equipamentos de informática (monitores, webcams, fones de ouvido com microfone, scanners de mesa, baterias para nobreak e impressora multifuncional laser colorida)**, para atender demanda essencial do Tribunal de Justiça de Roraima, nas condições estabelecidas no Termo de Referência nº 55/2024 (2049779).

1.2. Objeto da contratação:

tem	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (RS)	Valor Total (RS)
01	Monitor, com garantia on-site de 36 (trinta e seis) meses	UND	1.150		
02	Webcam, com garantia on-site, pelo período de 12 meses	UND	300		
03	Fones de ouvido com microfone, com garantia on-site, pelo período de 12 meses	UND	500		
04	Scanner de mesa, com garantia on-site de 36 (trinta e seis) meses	UND	200		
05	Bateria para nobreaks, com garantia on-site pelo período de 12 (doze) meses	UND	800		
06	Impressora multifuncional laser colorida, com garantia on-site pelo período de 12 (doze) meses	UND	10		
Valor Total Estimado (RS)					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência (2049779);
- 1.3.2. O Edital de Licitação (____);
- 1.3.3. A Proposta do contratado (____);
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

Cláusula Segunda – Vigência e Prorrogação

2.1. O prazo de vigência do contrato será de 04 (quatro) meses, a contar de sua assinatura.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

Cláusula Terceira – Modelos de Execução e Gestão Contratuais

3.1. A forma de fornecimento, o modelo de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

Cláusula Quarta – Subcontratação

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Cláusula Quinta - Preço e Pagamento

5.1. Preço:

5.1.2. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____).

5.1.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. Forma de Pagamento:

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.3. Prazo de Pagamento

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice ICTI (Índice de Custos da Tecnologia da Informação), mantido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

5.4. Condições de Pagamento:

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

5.4.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a. o prazo de validade;
- b. a data da emissão;
- c. o período respectivo de execução do contrato;
- d. o valor a pagar;
- e. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
- f. Cadastro Nacional de Atividade - CNAE, correspondente ao material adquirido;
- g. Código da Classificação do Serviço (LC 116/2003);
- h. Nomenclatura do(s) imposto(s) incidente(s);
- i. Alíquota do(s) imposto(s) incidente(s);
- j. Valor do(s) imposto(s);
- k. Parcela(s) isenta(s) de tributos, caso possua;
- l. Dados bancários vinculados ao CNPJ da empresa contratada;
- m. Informação se é optante do **SIMPLES NACIONAL**; e
- n. Declaração de imunidade ou isenção de tributos, conforme Anexos II e III da Instrução Normativa RFB nº 1663, de 07 de outubro de 2016.
- o. Os dados do contrato e do órgão contratante, conforme consta na nota de empenho - TJRR ou FUNDEJURR;

5.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

5.4.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.6. Previamente a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; e
- b. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.4.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

Cláusula Sexta - Reajuste

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado _____, em ____/____/____ (_____).

6.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante negociação, e no limite do **Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI** (ou outro índice específico se for o caso), mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da Contratada, nos termos do item 6.1 desta cláusula.

6.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cláusula Sétima - Obrigações do Contratante

7.1. Além das Obrigações descritas no Termo de Referência, são obrigações do Contratante:

- a. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

- c. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- f. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- g. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- h. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste; e
- i. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

Cláusula Oitava - Obrigações do Contratado

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e no Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- b. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- c. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- d. Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- e. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- f. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- g. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- h. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- i. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- j. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- k. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- l. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- m. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- n. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- o. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- p. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- q. Assinar o termo de ciência do Código de ética do Poder Judiciário de Roraima (Resolução nº 73/2023), constante no Anexo II, o qual será encaminhado pela CONTRATADA ao endereço eletrônico do CONTRATADO;
- r. O fornecedor deve cumprir todas as leis e regulamentações aplicáveis em sua área de atuação, cumprindo as obrigações de compliance (Resolução TJRR/TP n. 71/2022); e
- s. Manter a confidencialidade de todas as informações fornecidas pelo Contratante.

8.2. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

- a. A veiculação de publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE; e
- b. Nos termos do art. 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 229, de 22 de junho de 2016, é vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

8.3. Comunicação entre CONTRATANTE e CONTRATADA:

8.3.1. A CONTRATADA deverá manter atualizado o seu cadastro no Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

8.3.1.1. A solicitação de credenciamento deverá ser realizada pelo sítio www.tjrr.jus.br.

8.3.1.2. A não solicitação de credenciamento dentro do prazo estabelecido poderá ocasionar na aplicação das Sanções Administrativas previstas no instrumento contratual.

8.3.2. O endereço de e-mail do representante legal da CONTRATADA para fins de recebimento de notificação e demais comunicações inerentes à execução do objeto deverá ser informado na proposta, devendo ser o mesmo a ser cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, como previsto no Termo de Referência.

8.3.3. Durante a execução do objeto, qualquer comunicação, tais como cartas, ofícios, notificações, entre outros, será realizada prioritariamente via Sistema Eletrônico de Informações – SEI, sendo que a CONTRATADA disporá do prazo de até 10 (dez) dias corridos para leitura e assinatura da notificação, a partir da liberação do link de assinatura eletrônica.

8.3.4. Exaurido o prazo previsto no subitem anterior, a CONTRATADA considerar-se-á devidamente notificada, iniciando, assim, eventuais prazos dos atos subsequentes, como, por exemplo, no caso de intimações para apresentar defesa prévia.

8.3.5. A adoção de comunicações digitais é o resultado da implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI. Assim, os processos administrativos que tramitam sob a tutela deste sistema computacional dispensam a utilização do meio físico papel.

8.3.6. A CONTRATADA deverá manter Preposto, aceito pelo CONTRATANTE, durante o período de execução do objeto, para representá-lo administrativamente sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração (Anexo I) onde deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional, bem como número telefônico para contato e endereço de e-mail.

8.3.6.1. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas e outras questões referentes ao objeto.

Cláusula Nona – Garantia de Execução

9.1. Não será exigida garantia da execução do Contrato, mas o **Contratante** poderá reter, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela Contratada.

Cláusula Décima - Obrigações Pertinentes à LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

- 10.4.** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.5.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6.** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7.** O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8.** O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9.** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.10.1.** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.11.** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

Cláusula Décima Primeira – Infrações e Sanções Administrativas

- 11.1.** As infrações e sanções administrativa previstas nos artigos 155 e 156, da Lei 14.133/2021 serão aplicadas, garantida a ampla defesa e o contraditório, conforme a [INSTRUÇÃO NORMATIVA TJRR/SG N. 007/2023](#), publicada no Diário da Justiça Eletrônico no dia 26 de setembro de 2023.
- 11.2.** A contratada que descumprir, total ou parcialmente, regra estabelecida no contrato celebrado com o TJRR ficarão sujeitas às seguintes sanções:
- multa;
 - advertência;
 - impedimento de licitar e contratar no âmbito do Estado de Roraima; e
 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.
- 11.2.1.** As sanções a que se referem as alíneas "b", "c", e "d" do **subitem 11.2**, poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.
- 11.2.2.** A sanção de impedimento de licitar e contratar não poderá ser aplicada cumulativamente com a de declaração de inidoneidade.
- 11.2.3.** A aplicação das sanções previstas no **subitem 11.2**, não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à administração pública.
- 11.3.** A sanção de multa moratória será imposta à contratada que entregar o objeto contratado de forma integral, porém com atraso injustificado em relação ao prazo fixado no contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:
- 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato, para 1 (um) dia de atraso;
 - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, para atrasos superiores a 2 (dois) dias até o limite de 30 (trinta) dias, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato; e
 - 10% (dez por cento), com acréscimo de 0,13% (treze centésimos por cento) ao dia, para atrasos superiores a 30 (trinta) dias até o limite de 60 (sessenta) dias, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato.
- 11.3.1.** Considera-se atraso injustificado a não apresentação pela contratada de argumentos e documentos capazes de motivar o descumprimento do prazo estabelecido no contrato para a entrega.
- 11.3.2.** Após o 60º (sexagésimo) dia de atraso, a fiscalização do contrato deve notificar o contratado e, considerando as eventuais justificativas apresentadas, avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la.
- 11.3.3.** A sanção de multa compensatória será imposta à contratada que executar parcialmente o objeto contratado ou não o executar, situação em que restará configurada, respectivamente, a inexecução parcial e a inexecução total do contrato, podendo, nesses casos, o TJRR rescindir unilateralmente o contrato, observando-se o disposto nos arts. 137 e seguintes da Lei 14.133/2021.
- 11.3.3.1.** A inexecução parcial do objeto do contrato implica a aplicação de multa no percentual de 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela não cumprida.
- 11.3.3.2.** A inexecução total do objeto do contrato implica a aplicação de multa no percentual de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento), a ser calculada sobre o valor total do contrato.
- 11.4.** Da aplicação das penalidades definidas nesta Cláusula, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da notificação.
- 11.5.** O recurso deverá ser dirigido à Secretaria de Gestão Administrativa - SGA, a qual instruirá o feito e o submeterá à Secretaria Geral.
- 11.6.** As sanções será aplicada definitivamente serão registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e nos sistemas internos do Tribunal.
- 11.7.** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa, sem prejuízo da inscrição em base de dados de serviços de proteção ao crédito bem como o protesto dívida em cartório.

Cláusula Décima Segunda – Da Extinção Contratual

- 12.1.** O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 12.2.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 12.3.** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
- ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
 - poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 12.4.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 12.5.** Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).
- 12.6.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 12.7.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 12.8.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e
 - Indenizações e multas.
- 12.9.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).
- 12.10.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

Cláusula Décima Terceira – Dotação Orçamentária

- 13.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta do Programa de Trabalho nº 00.000.00.000.0000.0000 - _____, elemento de despesa 0.0.00.00 - _____, da Unidade Orçamentária _____.
- 13.2.** A despesa para o exercício subsequente será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada à Contratante, na Lei Orçamentária Anual.

Cláusula Décima Quarta – Dos Prazos

- 14.1.** O instrumento contratual será assinado no prazo de até 02 (dois) dias úteis, nos termos do art. 90 da Lei 14.133/2021.
- 14.2.** O prazo de entrega dos itens será de até 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de assinatura do contrato.

14.3 A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação do PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

Cláusula Décima Quinta – Dos Casos Omissos

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

Cláusula Décima Sexta – Alterações

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

Cláusula Décima Sétima – Publicação

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no Diário da Justiça Eletrônico deste Poder Judiciário, de forma a atender à Res. TJRR nº 5/2007.

Cláusula Décima Oitava – Foro

18.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Comarca de Boa Vista/RR, conforme art. art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, depois de lido e por estarem de acordo, os representantes das partes assinam este instrumento eletronicamente.

ANEXO I

Declaração de Preposto
Eu, (Incluir nome do representante), representante legal da empresa, declaro, para os devidos fins, que referida empresa se compromete a manter preposto, durante o prazo de vigência do Contrato nº ____/____.
Nome do Preposto:
CPF:
RG:
Qualificação Profissional:
Endereço:
Telefone/WhatsApp:
E-mail:

ANEXO II

Declaração de Ciência do Código de Ética do TJRR
Eu, _____, representante legal da empresa _____, CONTRATADA deste Egrégio Tribunal, por meio da formalização do Contrato nº ____/____, DECLARO ter pleno conhecimento do Código de Ética e Conduta do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, comprometendo-me a agir de acordo com seus princípios, de forma ética, respeitando os direitos e a dignidade de todas as pessoas, evitando conflitos de interesse e mantendo a confidencialidade das informações, instituído por meio da Resolução TJRR/TP nº 73 de 14 de dezembro de 2022, publicada no Diário da Justiça Eletrônico - DJE nº 7293 de 28 de dezembro de 2022 (CÓDIGO DE ÉTICA - RESOLUÇÃO 73/2022). Zelarei pela qualidade e reportarei qualquer violação ao código. Assumo a responsabilidade por minhas ações e estou ciente das consequências em caso de descumprimento.
Boa Vista, RR ____/____/____.

ANEXO III

Declaração de Antinepotismo e não Emprego de Menor
A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o _____, DECLARA:
a. para fins do disposto nos incisos XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.
b. que não possui cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento, conforme disciplina a Resolução n.º 07, de 18/10/2015, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, alterada pela Resolução n.º 229, de 22/06/2016.



Documento assinado eletronicamente por **MANOEL MARTINS DA SILVA NETO, Subsecretário(a)**, em 29/07/2024, às 12:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Portaria da Presidência - TJRR nº1650/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjrr.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **2074718** e o código CRC **853D27A7**.